



Avaliação das fontes potenciais de financiamento para projetos de caráter ambiental relacionados aos ODS no Brasil¹

Sessão Temática: Meio ambiente, macroeconomia e desenvolvimento econômico

Autores:

Biancca Scarpeline de Castro. Departamento de Administração Pública do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (ICSA/UFRRJ) e Pesquisadora do Grupo de Economia do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (GEMA-IE/UFRJ) E-mail: bianccastro2@gmail.com

Lucas Rolo Fares. Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE-UFRJ) e membro do GEMA-IE/UFRJ. E-mail: lucasrolofares@gmail.com

Rodrigo Fernandes Gonçalves. Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE-UFRJ) e membro do GEMA-IE/UFRJ. E-mail: rofegon@gmail.com.

Carlos Eduardo Frickmann Young. Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE/UFRJ) e Coordenador do GEMA-IE/UFRJ. E-mail: young@ie.ufrj.br

Resumo

O objetivo deste artigo é discutir as fontes de financiamento atualmente disponíveis no Brasil para projetos que contribuem para o alcance de Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

¹ Este artigo é parcialmente baseado nos resultados do Projeto PNUD BRA/11/022 – “Suporte técnico ao Processo Preparatório da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - RIO +20 e desenvolvimento de seus resultados”, elaborado através de convênio entre a COPPETEC/UFRJ, o MMA e o PNUD. Agradecemos o apoio financeiro e as inúmeras recomendações recebidas, mas o presente artigo é de inteira responsabilidade dos autores, e as opiniões aqui expressas não representam, necessariamente, a posição das instituições envolvidas.

Campinas-SP, 23 a 26 de setembro de 2019

XIII Encontro Nacional da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica

(ODS) identificados como de caráter ambiental. O texto inicia apresentando o contexto de surgimento e da Agenda 2030, e a Teoria da Mudança que baseia o planejamento e avaliação dos ODS. Em seguida, são analisados os dados do Catálogo de Fontes Potenciais de Financiamento para Projetos relacionados com os ODS de Caráter Ambiental, construído a partir de pesquisa bibliográfica e documental, através de buscas nos sítios eletrônicos dos principais stakeholders envolvidos no financiamento ao desenvolvimento no Brasil. As fontes potenciais de financiamento foram analisadas em função do ODS influenciado, natureza do agente financiador, instrumentos de financiamento, perfil institucional dos potenciais beneficiários, e existência de critério de sustentabilidade relevante para a concessão do financiamento. Os principais resultados foram que (i) a maioria dos tomadores dos recursos são agentes privados; (ii) a maiorias das fontes disponíveis são empréstimos; e (iii) as principais fontes de financiamento são públicas. Isso indica que deve-se aumentar a seletividade na escolha dos projetos através da inclusão de critérios de sustentabilidade, especialmente com fontes públicas de recursos, mas que também é preciso conciliar as metas de sustentabilidade ambiental com lucratividade empresarial. Falta coordenação entre os diferentes financiadores, e sistematizar as informações sobre financiamento aos ODS deve ser uma tarefa sistemática e rotineira na implementação da Agenda 2030.

Palavras-chave: Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS; Financiamento; Brasil

Abstract

The objective of this article is to discuss the sources of financing currently available in Brazil for projects that contribute to the achievement of the Sustainable Development Goals (SDG) identified as having an environmental character. The text begins by presenting the context of emergence and Agenda 2030, and the Theory of Change that bases the planning and evaluation of the SDG. Next, the data of the Catalog of Potential Funding Sources for Projects related to the SDGs of Environmental Character, constructed from bibliographical and documentary research, through searches on the websites of the main stakeholders involved in the financing of development in Brazil, are analyzed. Potential sources of funding were analyzed according to the SDG influenced, nature of the financing agent, financing instruments, institutional profile of potential beneficiaries, and existence of relevant sustainability criteria for the granting of financing. The main results were that (i) most of the borrowers are private agents; (ii) most of the available sources are loans; and (iii) the main sources of funding are public. This indicates that selectivity should be increased in the selection of projects through the inclusion of

sustainability criteria, especially with public sources of resources, but it is also necessary to reconcile environmental sustainability goals with business profitability. Lack of coordination between different donors, and systematizing funding information for ODS should be a systematic and routine task in the implementation of Agenda 2030.

Keywords: Sustainable Development Goals - SDG; Financing; Brazil.

Introdução

Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)² buscam orientar políticas nacionais e a cooperação internacional para o desenvolvimento sustentável, alinhando as dimensões econômica, social e ambiental. Aprovados por 193 países na Assembleia Geral das Nações Unidas em 2015, a iniciativa reúne 17 objetivos e 169 metas, que levam em conta o legado dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM), com intenção de sua total implementação até o ano 2030 (UNITED NATIONS, 2015).

O Brasil é um dos países signatários dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e, desde que a Agenda 2030 foi lançada, mobilizou diferentes órgãos e setores da sociedade em prol de sua implementação. Como exemplo, em nível federal houve o estabelecimento da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável³ que conta com a participação de ministérios, representantes de diferentes entes federativos e sociedade civil, além de dispor do assessoramento técnico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do

² Objetivo 1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares; Objetivo 2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável; Objetivo 3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades; Objetivo 4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos; Objetivo 5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas; Objetivo 6. Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos; Objetivo 7. Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos; Objetivo 8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos; Objetivo 9. Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação; Objetivo 10. Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles; Objetivo 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis; Objetivo 12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis; Objetivo 13. Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos; Objetivo 14. Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável; Objetivo 15. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade; Objetivo 16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis; Objetivo 17. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

³ Decreto nº 8.892, de 27 de outubro de 2016.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). No setor privado instituições com e sem fins lucrativos vêm demonstrando atenção com o desenvolvimento sustentável citando diretamente a Agenda 2030, promovendo mudanças de governança, premiações, entre outras iniciativas.

Porém, para que os ODS e suas metas sejam alcançados é preciso mais que boas intenções. São necessários empreendimentos que dependem de recursos públicos, privados, nacionais e internacionais para que o desenvolvimento sustentável seja uma realidade. Assim, o objetivo deste artigo é discutir as fontes de financiamento atualmente disponíveis no Brasil para projetos que contribuem para o alcance dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável de caráter ambiental.

Para tal, foram selecionados os ODS que possuem algum caráter ambiental (ODS 2, 6, 7, 9, 11, 12, 13, 14, 15 e 17). Em seguida, foi construído um Catálogo de Fontes Potenciais de Financiamento para Projetos relacionados com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável de Caráter Ambiental. Esse catálogo foi analisado, tendo em vista identificar quais as possibilidades de obtenção de recursos por ODS e as características gerais das fontes de financiamento. A lista com as fontes de financiamento identificadas e analisadas para projetos relacionados aos ODS de caráter ambiental é apresentada no Anexo.

Esse trabalho se justifica pela importância de encontrar formas de financiar a Agenda 2030. No que se refere ao Brasil, as atuais dificuldades orçamentárias restringem ainda mais as possibilidades de recursos, colocando um importante desafio ao cumprimento dos ODS. Por isso, é necessário organizar as fontes de financiamento e discutir sua caracterização.

Além desta introdução, o presente artigo contextualiza os ODS na perspectiva da Teoria da Mudança, utilizada pela Organização das Nações Unidas (ONU) para projetar o atendimento da Agenda 2030. São também apresentados os métodos utilizados para a identificação e categorização das fontes de financiamento dos ODS de caráter ambiental. Em seguida, as análises de dados são realizadas, visando apontar a natureza do agente financiador; os seus instrumentos de financiamento; o perfil institucional daqueles que podem acessar o financiamento; qual ODS a fonte de financiamento visa atender; e se há algum critério sustentável relevante para a concessão do financiamento.

Os principais resultados encontrados foram que a maioria dos tomadores dos recursos são agentes privados, a maioria das fontes disponíveis são empréstimos, e as principais fontes de financiamento são públicas. Isso indica que deve-se aumentar a seletividade na escolha dos projetos através da inclusão de critérios de sustentabilidade, especialmente com fontes públicas de recursos, mas que também é preciso conciliar as metas de sustentabilidade ambiental com lucratividade empresarial. Falta coordenação entre os diferentes financiadores, e sistematizar

as informações sobre financiamento aos ODS deve ser uma tarefa sistemática e rotineira na implementação da Agenda 2030.

Referencial teórico

A Agenda do Desenvolvimento Sustentável, também chamada de Agenda 2030, é fundamentada com base em prévios documentos, tratados, conferências e cúpulas das Nações Unidas (SILVA et al., 2016). Entre esses documentos destaca-se a Declaração do Milênio das Nações Unidas, que estabeleceu os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs), predecessores dos ODS, e que forneceram o aprendizado e a estrutura institucional para a Agenda 2030, promovendo discussões acerca do papel das políticas públicas, dos componentes metodológicos para implementá-las e também deram novo impulso à produção de indicadores sociais no mundo (JANNUZZI e CARLO, 2018).

Com a experiência obtida até então, os Estados-Membros da Organização das Nações Unidas ratificaram o compromisso com 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) a serem alcançados até 2030. Os ODS expandem significativamente o consenso político internacional sobre a interconexão das dimensões ambientais, econômicas e sociais nas políticas públicas realizadas pelos estados e nas ações e projetos do setor privado, sendo que todos devem estar engajados no cumprimento das metas acordadas. De acordo com Jannuzzi e Carlo (2018), o maior diferencial dos ODS em relação aos ODM ocorreu na esfera ambiental, induzindo à necessidade de adequação dos países para uma economia de baixo carbono.

Entretanto, uma série de desafios de cunho metodológico, político e financeiro precisa ainda ser vencida para a implementação da Agenda 2030. Um dos mais mencionados é a dificuldade de adequação metodológica dos ODS às metas e indicadores (CARVALHO e BARCELLOS, 2017). Nesse sentido, a ONU vem realizando seminários e estudos para minimizar esses problemas e acompanhar o desempenho da Agenda 2030, seja dentro da Comissão de Estatística da ONU ou de suas demais agências, como UNESCO e PNUD.

Entre os desafios políticos é possível mencionar a necessidade de adequação dos ODS aos contextos nacionais, tendo em vista a heterogeneidade de políticas públicas e ações dos diferentes órgãos setoriais (ministérios, secretarias e agências envolvidos) e entes federativos (JANNUZZI e CARLO, 2018). No caso brasileiro, a Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável possui a função de internalizar, difundir e dar transparência ao

processo de implementação da Agenda 2030 no Brasil (DECRETO Nº 8.892/ 2016). Essa iniciativa do executivo Federal foi seguida por outras, como a Frente Parlamentar Mista de Apoio aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, criada em dezembro de 2016; a Rede ODS Brasil, coletivo suprapartidário que busca democratizar a Agenda 2030 no país; e a Estratégia ODS, que é uma coalizão de organizações da sociedade civil, do setor privado e de governos locais com o propósito de propor meios de implementação dos ODS.

Deve-se também mencionar o trabalho da Secretaria de Planejamento e Assuntos Econômicos (Ministério da Economia) com o objetivo de verificar a correspondência das metas dos ODS aos atributos estabelecidos pelo Plano Plurianual (PPA) 2016-2019. Em um primeiro levantamento, realizado em 2016, 86% das metas e 78% dos indicadores dos ODS possuíam convergência de propósito com os atributos deste PPA (BRASIL, 2017). Com a recente mudança no comando do Executivo Federal, os rumos a serem tomados por essas iniciativas ainda não estão claros. Mas espera-se que a necessidade de apresentação de relatórios anuais ou bianuais por cada país signatário da Agenda 2030, crie a necessidade do governo de se engajar no atendimento dos ODS (JANNUZZI e CARLO, 2018).

O financiamento da Agenda 2030 é um problema percebido em todos os países do mundo. Alguns estudos têm sido realizados com o objetivo de estimar o montante de recursos necessário para atender até 2030 os ODS. Schmidt-Traub (2015), através de uma resenha de estudos setoriais, estima que para o atendimento de todos os ODS em países de renda média seria necessário aproximadamente 4% do PIB, se medido através da paridade do poder de compra, ou 11,5% do PIB, se medido em termos nominais, expressos em US\$. Para o caso do Brasil, Young et al. (2018a) estimaram que para atender às metas de interesse ambiental dos 10 (dez) ODS aqui analisados no período 2017-2030, seriam necessários gastos que se situam entre R\$ 2,1 trilhões (sem ODS 9) e R\$ 9,6 trilhões (com ODS 9) para o período 2018-2030. Se divididos pelo valor acumulado do PIB projetado para o mesmo período (R\$ 101,8 trilhões), a estimativa de gastos necessários corresponde a 2,1% (sem ODS 9) e 9,4% (com ODS 9) do PIB. Esses valores são próximos, mas inferiores aos da proporção sugerida por Schmidt-Traub (2015) que, por considerar um conjunto maior de ODS, deveria mesmo ter um valor superior. Ou seja, embora a comparação de resultados seja questionável, pelas diferenças de metodologia, as ordens de grandeza dos valores agregados obtidos nesses estudos estão compatíveis.

O elevado volume necessário de recursos implica grande esforço de governos e dos setores não governamentais para levantar os montantes e alcançar as metas da Agenda 2030. É

preciso alinhar os pilares da sustentabilidade nos projetos empreendidos, ao mesmo tempo em que são otimizados a partir do atendimento de diferentes ODS em cada projeto individual. A partir deste entendimento a Agenda 2030, foi estruturada dentro do referencial da “Teoria da Mudança” (*Theory of Change*): para implementar efetivamente as ações de transformação acordadas pelos Estados-Membro, as propostas de desenvolvimento previstas na Agenda 2030 devem funcionar como um sistema integrado e coerente em todos os níveis (local, regional e global). Ou seja, para alcançar as metas dos ODS, não basta estabelecer uma simples divisão de tarefas entre as instituições, na qual cada entidade trabalha um item específico, porque isso limitaria a capacidade de compreender as interligações entre os objetivos (UNSDG, 2016a).

A Teoria da Mudança foi formulada no âmbito do Aspen Institute como uma metodologia de planejamento que, a partir da realização de um mapa ou de uma representação lógica, pode ser utilizada para projetar e/ou avaliar as iniciativas que buscam alcançar as mudanças sociais. Trata-se de um modelo causal que, além de descrever os insumos, atividades, produtos, resultados e impactos, explica como e por que a mudança desejada deverá se materializar. Na teoria da mudança são explicitados os pressupostos adjacentes às atividades ou projetos planejados ou analisados, e é possível identificar as crenças que justificam as cadeias de causa e efeito proporcionando uma visão integral do seu processo operacional (MAFRA, 2016).

Essa teoria é amplamente utilizada pelo Banco Mundial (BIRD), Banco Interamericano de desenvolvimento (BID) e pela Organização das Nações Unidas para prever e avaliar o alcance dos ODS. Assim, busca discutir não apenas quais metas se pretende alcançar, mas também como proceder, de modo a estabelecer sinergias e aproveitar melhor as interseções nas ações voltadas ao desenvolvimento. Por essa razão, a discussão acerca dos ODS deve ser pensada de forma coletiva, e não individualizada em cada meta específica (UNSDG, 2016a).

O financiamento também é visto como um fator crítico para a implementação dos ODS. É reconhecida a importância da contribuição de múltiplos parceiros e mecanismos de financiamento, em níveis global, regional e nacional, inclusive pela constatação de que, sozinho, o sistema das Nações Unidas não chega perto da necessidade de recursos para as transformações pretendidas (UNSDG, 2016b). Por outro lado, são identificados riscos de fragmentação e de falta de coerência na busca do alcance dos ODS, acentuados em um contexto internacional que tende para a predominância de financiamentos bilaterais, baseados em projetos. Ou seja, a governança dos ODS deve ser percebida como um “sistema”, e os mecanismos de financiamento

devem buscar atender, de forma integrada e simultânea, metas em distintos ODS e a Teoria da Mudança é uma ferramenta que contribui para a articulação das iniciativas (UNSDG, 2016a).

Porém, existe o risco de que as recomendações sejam excessivamente prescritivas e burocráticas, concentrando-se demais em obter as orientações e ferramentas corretas em detrimento da busca por garantir valores e princípios compartilhados que possam apoiar a mudança de comportamento em prol da sustentabilidade. Por isso, é preciso ampliar o nível de ambição das mudanças, promovendo a integração dos temas e exigindo responsabilização em todos os procedimentos - considerando as características das diversas fontes de financiamento - mas sem perder o realismo, o pragmatismo e o foco na mudança (UNSDG, 2016a).

A literatura sobre financiamento ao desenvolvimento corrobora a visão de que, embora difícil, a integração de temas e a busca por coerência aumenta a probabilidade de sucesso em conseguir recursos. Por exemplo, ao analisar a ajuda internacional para projetos de conservação da biodiversidade efetuada, Miller (2014) mostra que existe uma seletividade cada vez maior por parte dos doadores, que buscam integrar objetivos de desenvolvimento social e/ ou econômico com metas de conservação ambiental. Por isso, projetos com metas “mistas” de conservação da biodiversidade tendem a receber mais recursos do que projetos focados apenas na conservação ambiental. Mas, de qualquer forma, projetos localizados em países com problemas de governança ou instabilidade política tendem a receber menos recursos do que os demais.

Entendendo a necessidade de obter recursos, algumas organizações elaboraram portais para indicar aos empreendedores sociais onde buscar financiamento para projetos relacionados aos ODS. É possível citar o portal *SDG Capital Finder*, criado pela AlliedCrowd⁴, que busca apresentar por ODS as organizações e fontes de financiamento que os interessados podem acessar para realizar empreendimentos com vistas a atender à Agenda 2030, e o *BIOFIN Catalogue of Finance Solutions*⁵. Contudo, embora tais iniciativas sejam importantes e ajudem a dar visibilidade à necessidade de financiamento dos ODS, trazem poucas informações sobre as fontes sugeridas, deixando muitas dúvidas aos potenciais usuários.

A crise orçamentária contemporânea e as restrições de financiamento futuro impostas pela Emenda Constitucional N.º. 95/2016⁶ aumentam a necessidade de desenvolver ferramentas

⁴ AlliedCrowds. *SDG Capital Finder*. Disponível em: <https://sdg.alliedcrowds.com/>.

⁵ BIOFIN. *BIOFIN Catalogue of Finance Solutions*. Disponível em: <http://www.biodiversityfinance.net/finance-solutions>.

⁶ A Emenda 95/2016 instituiu um novo regime fiscal para vigorar nos próximos vinte anos, estabelecendo um teto para os gastos públicos federais definido com base na despesa primária paga em 2016 (incluindo os restos a pagar),

que apoiem a coordenação e integração dos esforços para alcance do ODS no Brasil. Em função do grande volume de financiamento necessário, é vital conhecer as fontes de financiamento disponíveis, com as suas características gerais. Isso incluiu a análise comparativa dos mecanismos disponibilizados “na ponta” para os que desejam empreender iniciativas voltadas à sustentabilidade, que é objetivo deste trabalho.

Procedimentos metodológicos

O primeiro passo para a elaboração da pesquisa foi a seleção dos ODS com características ambientais (YOUNG et al., 2018a). Após a análise de cada ODS e suas metas, foram selecionados dez que possuem capacidade de promover mudanças e impactos concretos no meio ambiente, a saber: agricultura sustentável (ODS 2), água potável e saneamento (ODS 6), energia limpa e acessível (ODS 7), industrialização sustentável e inovação (ODS 9), cidades sustentáveis (ODS 11), consumo e produção sustentáveis (ODS 12), mudança climática e emissões de gases de efeito estufa (ODS 13), vida na água (ODS 14), vida terrestre (ODS 15) e parcerias e meios de implementação para o desenvolvimento sustentável (ODS 17).

Para cada ODS selecionado foi efetuado um levantamento de potenciais financiadores através de pesquisa bibliográfica e documental, com buscas nos sítios eletrônicos dos principais *stakeholders* envolvidos, como governos (em suas diversas esferas), instituições internacionais voltadas ao desenvolvimento, organizações não governamentais e instituições financeiras, incluindo bancos públicos e privados, atuantes no Brasil. Cada fonte encontrada foi examinada e, caso fosse considerada adequada aos objetivos da Agenda 2030, foi eleita para compor o Catálogo de Fontes de Financiamento (YOUNG et al., 2018b).

Os critérios para a inclusão da fonte de financiamento no Catálogo foram: (i) a existência de recursos para aplicação em ao menos uma das metas dos ODS selecionadas, (ii) a aplicação da fonte de financiamento em projetos a serem realizados no Brasil e (iii) os projetos potencialmente beneficiários dessas fontes podem trazer benefícios ambientais, ainda que seu objetivo principal seja social ou econômico. Um ponto importante a ressaltar é que não foi feita a exclusão de fontes que, embora possam trazer benefícios ambientais potenciais, têm seu uso corrente predominantemente associado a formas predatórias ao meio ambiente. Por exemplo, fontes de crédito para atividades agropecuárias são essenciais para o desenvolvimento da agricultura orgânica ou de baixo carbono, e por isso foram incluídas, ainda que atualmente o grosso

com aumentos limitados apenas à correção anual de acordo com a inflação acumulada.

desse financiamento seja destinado a usos não compatíveis com a sustentabilidade ambiental. O mesmo raciocínio foi aplicado a outros setores (indústria, energia, etc.).

A tarefa de associar cada fonte de financiamento a um ou mais ODS é complexa e envolve algum grau de subjetividade por parte do analista. Não existem nas instituições financeiras definições padronizadas dos critérios de sustentabilidade ambiental, o que dificulta o trabalho dos pesquisadores para classificar fontes de financiamento que demandem essas características para a liberação dos recursos.

Considerou-se que os recursos podem beneficiar, direta ou indiretamente, projetos que se relacionem a mais de um ODS simultaneamente. Ou seja, uma determinada fonte pode estar associada a mais de um ODS. Por exemplo, um programa voltado para energias renováveis atende primordialmente ao ODS 7, mas também pode trazer benefícios para o ODS 13.

Não foi possível estimar o volume total de recursos disponibilizados porque as informações de cada fonte são apresentadas de forma bastante diversa, além do risco de múltipla contagem e a impossibilidade de saber se o uso do recurso é, efetivamente, associado a benefícios ambientais. Por isso, a análise se concentrou em aspectos qualitativos das fontes de financiamento. Cada fonte levantada foi caracterizada a partir das seguintes categorias:

- ODS: quais ODS podem ser financiados pela fonte;
- Data de começo: quando se deu o surgimento da fonte;
- Natureza da fonte de financiamento: procurou-se distinguir entre empréstimos (subsidiados ou não) ou doações;
- Possível cliente: quem pode receber a fonte, classificando entre pessoas físicas, jurídicas ou instituições governamentais;
- Objeto do financiamento: descrição sucinta do que pode ser financiado;
- Como funciona: resumo de como a fonte funciona e pode como pode ser obtida;
- Condições de financiamento: taxa de juros, abatimentos, prazos de pagamento, etc.⁷

O levantamento ocorreu entre abril e junho de 2018, com uma breve revisão em março e abril de 2019. Após o enquadramento das fontes de financiamento nas categorias acima, foi

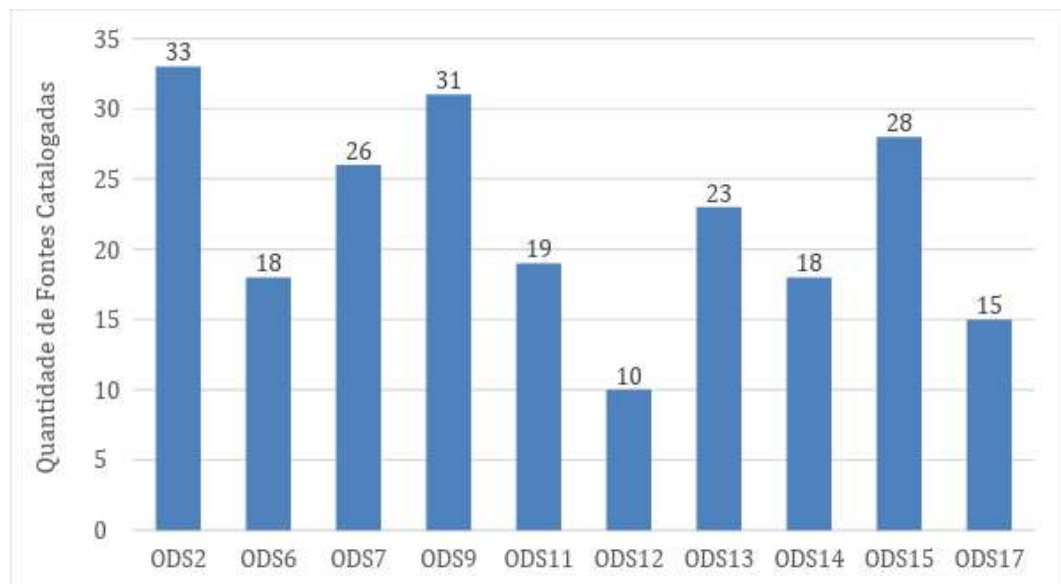
⁷ As informações acerca das condições de financiamento não foram utilizadas na análise estatística por causa da baixa amostragem, pois diversas fontes não informaram se havia ou não cobrança, e como a taxa de juros cobrada é definida, bem como a definição dos prazos de pagamento e outras características dos contratos.

feita uma análise com base em estatísticas descritivas (principalmente frequências) das principais variáveis. A seção seguinte apresenta os resultados da análise das informações acima.

Análise e discussão dos resultados

Foram identificadas 99 potenciais fontes de financiamento para os ODS relacionados ao meio ambiente (ODS 2, ODS 6, ODS 7, ODS 9, ODS 11, ODS 12, ODS 13, ODS 14, ODS 15 e ODS 17) no Brasil. A Figura 1 apresenta o número de programas catalogados divididos por ODS. É possível verificar que o somatório apresentado na figura excede o total de 99 potenciais fontes de financiamento porque uma fonte pode atender a mais de um ODS.

Figura 1: Número de fontes potenciais de financiamento para cada ODS de caráter ambiental.



Fonte: Elaboração própria, baseado em Young et al. (2018b)

Os ODS 13, 14 e 15, que tratam da mudança climática, biodiversidade e ecossistemas aquáticos e terrestres respectivamente, são aqueles diretamente focados na questão ambiental. A quantidade de fontes para esses Objetivos está acima da média geral por ODS (cerca de 23,3 para essas três e 21,7 para as sete demais). No entanto, esse resultado pode estar superestimado dado o recorte feito no levantamento das fontes (apresentar um viés ambiental).

Percebe-se também na Figura 1 que os ODS 2 e 9 são os com mais programas catalogados. Esse resultado é condizente com Young et al. (2018a), que demonstram que os temas tratados no ODS 2 (agricultura) e ODS 9 (indústria) possuem uma grande capacidade de financi-

amento com recursos significativos. No entanto, as fontes de financiamento não necessariamente estão preocupadas com a sustentabilidade dos projetos selecionados para receber os recursos. Isso é melhor observado na Tabela 1, que trata da existência de algum critério de sustentabilidade para a concessão dos financiamentos pelas fontes analisadas.

Tabela 1: Existência de critérios ligados ao desenvolvimento sustentável para concessão dos recursos nas fontes de financiamento identificadas desagregado por ODS e total.

Contêm critério de sustentabilidade	ODS											Total
	2	6	7	9	11	12	13	14	15	17		
Sim	19	15	21	19	14	10	20	16	25	12		70
Não	14	3	5	12	5	0	3	2	3	3		29
%	58%	83%	81%	61%	74%	100%	87%	89%	89%	80%		71%

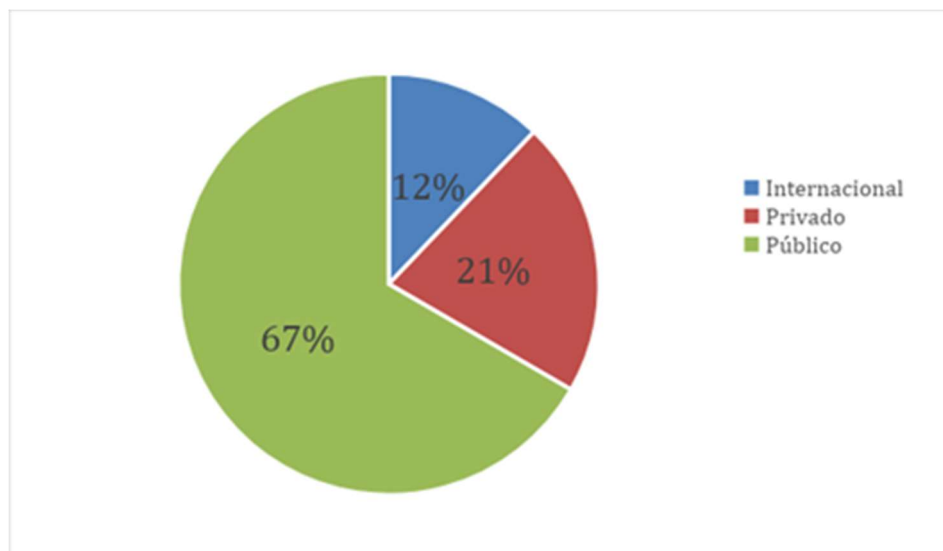
Fonte: Elaboração própria, baseado em Young et al. (2018)

Os ODS 2 e 9 têm o menor percentual fontes que exigem critérios de sustentabilidade (58% e 61% respectivamente). Como visto antes, esses são também os ODS que possuem maior capacidade de financiamento. Isso sugere que parte das fontes de financiamento para as áreas de agricultura e industrialização fornece recursos sem a devida preocupação com a sustentabilidade. Em contraste, os critérios de sustentabilidade são mais frequentes nos ODS 12 (consumo e produção sustentáveis), ODS 13 (mudança climática e emissões de gases de efeito estufa), ODS 14 (vida na água), ODS 15 (vida terrestre), que são mais ligados a temas ambientais.

Um ponto a ser trabalhado é introduzir critérios ou condicionalidades de sustentabilidade para desembolso na parcela de fontes (29%) que ainda não possuem essa preocupação. Portanto, é necessária uma discussão mais ampla sobre o redirecionamento e aumento da eficiência dos recursos disponibilizados para o desenvolvimento sustentável. Isso é crucial para que ações contraditórias não sejam estimuladas, visto que os esforços para incentivar a Agenda 2030 perdem efetividade quando acabam também incentivando projetos no sentido oposto, que podem causar grandes impactos sociais e ambientais negativos.

Os agentes financiadores foram classificados em três grupos, de acordo com a natureza das instituições responsáveis pelo fornecimento do recurso: (i) públicos; (ii) privados – incluindo empresas de capital aberto com participação acionária relevante e majoritária do governo; e (iii) internacionais (Figura 2). As empresas mistas foram agregadas às privadas porque sua forma primordial de financiamento é a venda de bens ou serviços, e visam a obtenção de lucro. No que se refere aos recursos internacionais, optou-se por não subdividi-los entre público e privado pois a informação relevante a ser destacada era sua origem estrangeira.

Figura 2: Fontes potenciais de financiamento de acordo com a natureza do agente financiador.



Fonte: Elaboração própria, baseado em Young et al. (2018)

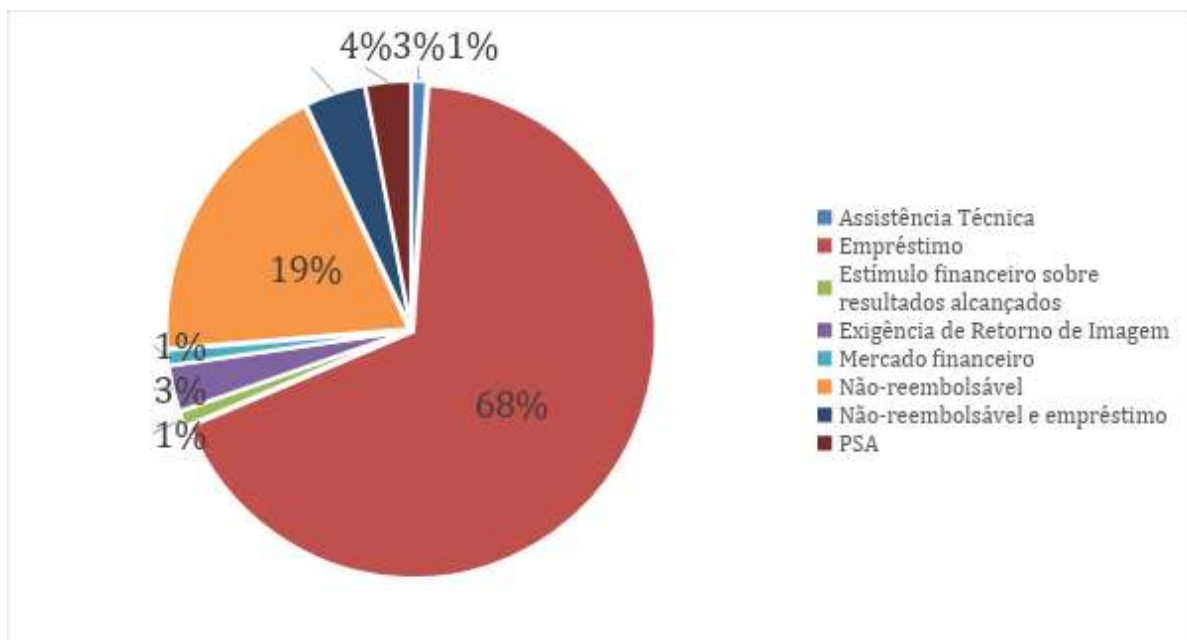
As instituições públicas predominam entre os financiadores de projetos relacionados aos ODS, com 67% das fontes levantadas. As fontes de natureza privada correspondem a 21% e as internacionais a 12% do total. Essa dependência de fontes públicas nacionais de financiamento nos projetos relacionados aos ODS é problemática em função do congelamento dos gastos públicos estabelecido pela Emenda Constitucional N°. 95/2016.

Verificou-se um número significativo de fontes de financiamento associadas a bancos públicos (por exemplo, BNDES). No entanto, nesses casos não foram identificadas condicionais ou critérios socioambientais para a concessão da maioria desses financiamentos, o que pode distanciar os projetos do alcance das metas da Agenda 2030.

Deve-se enfatizar a dificuldade de obter informações sobre as fontes de financiamento de uma forma geral, mas principalmente daquelas de origem internacional. Essa dificuldade pode ter, inclusive, enviesado o documento, que apresenta mais dados sobre as fontes nacionais. Sem informações claras e acessíveis sobre as fontes internacionais de financiamento, fica mais difícil ao agente nacional operacionalizar projetos para os ODS que contem com esses recursos. Mas mesmo nos meios de comunicação das instituições financeiras nacionais e/ou promotoras dos ODS, o acesso à informação é precário. Não são encontradas informações sobre os montantes a serem financiados, as taxas de juros, prazo de carência, pré-requisitos, entre outras. Essa situação pode frustrar os demandantes de recursos e pode reduzir ou dificultar o atendimento das metas dos ODS.

As condições pelas quais o financiamento é cedido também são variáveis. Foram identificados sete instrumentos financeiros diferentes, com predominância dos empréstimos, com 68% das fontes catalogadas (Figura 3). Fontes que oferecem somente valores não-reembolsáveis aparecem em 19% casos, e as que cedem tanto empréstimos quanto valores não-reembolsáveis somam 4%. Além desses casos, aparecem a exigência de retorno de imagem e programas relacionados ao pagamento por serviço ambiental (três vezes cada). Foram registradas apenas uma vez as seguintes categorias: assistência técnica; instrumentos de mercado financeiro (como fundos de investimento com alocação de recursos exclusiva em instituições com algum nível de sustentabilidade e consciência ambiental); e estímulos financeiros por resultados alcançados.

Figura 3: Fontes potenciais de financiamento de acordo com o tipo de instrumento



Fonte: Elaboração própria.

Os ODS devem estar relacionados a projetos que articulam justiça social com preservação ambiental e viabilidade econômica. Contudo, alguns ODS possuem menor capacidade de gerar retornos econômicos, fazendo com que, nesses casos, o empréstimo não seja o instrumento financeiro mais adequado para a concessão de financiamento. A Tabela 2 mostra que os ODS 13, 14 e 15, que tratam mais especificamente da área ambiental, apresentam alta proporção de recursos “não-reembolsáveis”, sugerindo a menor presença de atividades privadas rentáveis.

Tabela 2: Fontes potenciais de financiamento de acordo com o tipo de instrumento financeiro desagregado por ODS em valores percentuais.

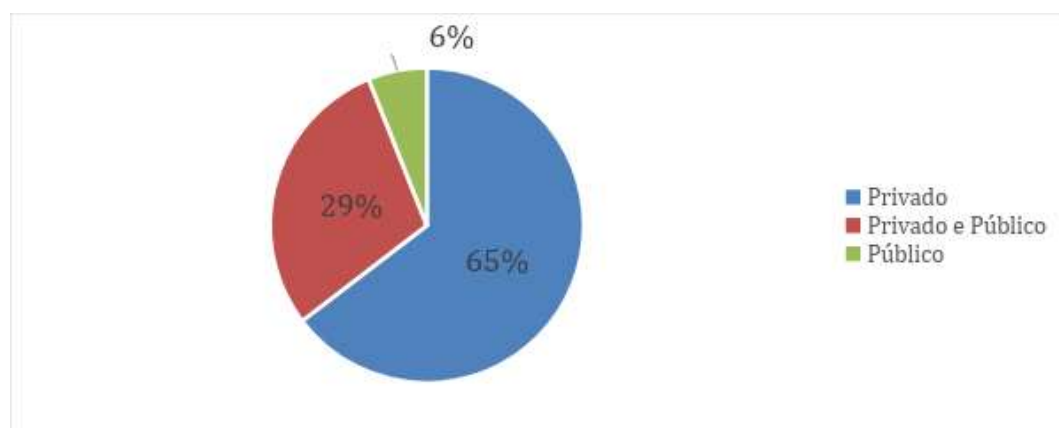
Instrumento financeiro	ODS									
	2	6	7	9	11	12	13	14	15	17
Assistência técnica	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	6%	4%	0%
Empréstimo	79%	44%	73%	90%	68%	50%	35%	28%	25%	60%
Estímulo Financeiro sobre resultados alcançados	0%	6%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Exigência de Retorno de Imagem	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	17%	11%	0%
Mercado financeiro	3%	6%	4%	3%	5%	10%	4%	6%	4%	7%
Não-reembolsável e Empréstimo	6%	22%	19%	3%	16%	20%	52%	33%	50%	20%
Não-reembolsável e Empréstimo	9%	11%	4%	3%	11%	20%	4%	11%	4%	7%
PSA	3%	11%	0%	0%	0%	0%	4%	0%	4%	7%

Fonte: Elaboração própria, baseado em Young et al. (2018)

Como o empréstimo é o instrumento financeiro mais utilizado pelas fontes de financiamento capazes de mobilizar recursos para projetos relacionados à Agenda 2030, acredita-se que algumas iniciativas que teriam capacidade de contribuir para o alcance dos ODS não ocorrem devido a sua baixa capacidade de geração de renda. Por outro lado, devem existir condicionais para a concessão do financiamento, mas elas não precisam estar reduzidas ao retorno financeiro. É possível cobrar, por exemplo, o alcance das metas ambientais, o atendimento do público alvo, entre outros.

A Figura 4 sintetiza o perfil dos potenciais tomadores de financiamento, observou-se uma grande predominância de fontes que permitem acesso aos agentes privados em contraste com as fontes de financiamento que beneficiam apenas os agentes públicos ou esses dois grupos.

Figura 4: Perfil institucional dos agentes que podem acessar as fontes de financiamento.



Fonte: Elaboração própria, baseado em Young et al. (2018)

As instituições com ou sem fins lucrativos não foram diferenciadas dentre os agentes privados, considerando-se apenas a natureza jurídica do tomador do financiamento. O maior número de agentes privados financiados é coerente com a predominância de concessão de empréstimos e do estabelecimento de parcerias entre agentes públicos e privados para atender aos propósitos do desenvolvimento sustentável. Essa maior participação dos agentes privados em projetos relacionados aos ODS, retirando do Estado a exclusividade de promovê-lo, é consistente com a proposição teórica (Teoria da Mudança) utilizada para planejar e analisar as ações empreendidas da Agenda 2030.

Considerações Finais

Este trabalho tem o caráter de exploração pioneira na identificação de possíveis fontes de financiamento para os ODS. Como não existe uma base única para agregar informações, a análise foi baseada em coleta de informações em fontes diferenciadas. Isso pode gerar problemas de falta de cobertura ou vieses na análise, visto que a pesquisa acaba se concentrando nas fontes que os pesquisadores identificam a priori como de maior probabilidade de financiar projetos de ODS. Outro desafio observado foi a dificuldade em classificar e obter informações sobre algumas fontes, principalmente de cunho internacional. No que se refere à classificação, existe esforço crescente dos órgãos financiadores para relacionar as fontes de recurso aos ODS. É necessário melhorar o acesso à informação, e esse foi um dos objetivos deste trabalho.

Identificou-se que os ODS 2 (voltado à agricultura) e 9 (voltado à indústria) são os de maior número de fontes possíveis de financiamento, mas também os que apresentam menor percentual de requisitos de sustentabilidade. Embora essas fontes possam ser direcionadas para a sustentabilidade, na prática podem estar destinando recursos para projetos com efeitos predatórios ao meio ambiente. Aumentar a seletividade dos projetos aprovados, incluindo maior ênfase em critérios de sustentabilidade, pode ser uma forma de aprimorar esses mecanismos.

Deve-se lembrar que a maioria dos tomadores dos recursos são agentes privados, e a maiorias das fontes disponíveis são empréstimos, que em algum momento devem ser amortizados. Por isso, é preciso conciliar as metas de sustentabilidade ambiental com lucratividade empresarial. Isso é ainda mais importante no contexto brasileiro, visto que a maioria das fontes de financiamento identificadas para projetos de ODS de caráter ambiental é de origem pública. Consideradas as atuais limitações à expansão do gasto público, é possível que esses recursos sejam reduzidos, significando menores aportes em projetos que visem alcançar os ODS.

Por outro lado, visto que os bancos públicos de desenvolvimento têm grande destaque como potenciais financiadores de projetos ligados aos ODS (em particular o BNDES). Portanto, existe espaço para aprofundar critérios de sustentabilidade para o desembolso de recursos nas fontes públicas de recursos, que devem aumentar a seletividade na escolha dos projetos.

Nos ODS de maior identificação com a área ambiental (12, produção e consumo sustentável; 13, sobre mudanças climáticas; 14, vida na água; e 15, vida na terra) as fontes possuem maior presença de critérios de sustentabilidade. Entretanto, não são as áreas que concentram a maior quantidade de fontes de financiamento atualmente disponíveis. Apresentar as vantagens sociais desses projetos, enfatizando seus benefícios econômicos quando as externalidades negativas são consideradas, pode ser um caminho para ampliar a disponibilidade de recursos para essas áreas.

A conclusão final é que, apesar dos recentes esforços para difundir e compartilhar a importância dos ODS, os agentes financiadores ainda não foram completamente envolvidos nas estratégias para o alcance de suas metas. Além disso, falta coordenação entre os diferentes financiadores, apesar da maioria dos recursos prover de fontes públicas. Sistematizar as informações das possíveis fontes de financiamento deve ser uma tarefa sistemática e rotineira, plenamente incorporada à rotina dos *stakeholders* envolvidos na implementação da Agenda 2030.

Referências Bibliográficas

BRASIL, Relatório Nacional Voluntário sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Secretaria de Governo da Presidência da República, Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. – Brasília: Presidência da República, 2017.

INSTITUTO ETHOS; WWF-BRASIL. Financiamento climático para adaptação no Brasil: mapeamento de fundos nacionais e internacionais. Disponível em: <<https://www.wwf.org.br/?61182/WWF-Brasil-e-Ethos-lanam-estudo-sobre-financiamento-para-adaptao-climtica#>>. Acesso em: 7 de jul. de 2018

JANNUZZI, P.M.; Carlo, S. Da agenda de desenvolvimento do milênio ao desenvolvimento sustentável: oportunidades e desafios para planejamento e políticas públicas no século XXI. Bahia anál. dados, Salvador, v. 28, n. 2, p.6-27, jul.-dez. 2018.

KATO, K.Y.M.. Estatais, políticas públicas e estratégias empresariais: os caminhos da Petrobras no biodiesel. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e

Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

MAFRA, F. A Teoria da Mudança e sua possível utilização em Auditorias Operacionais. Revista do TCU. n. 135 (2016). Disponível em: <https://revista.tcu.gov.br/ojs/index.php/RTCU/article/view/1326>

MILLER, D. C. (2014) Explaining Global Patterns of International Aid for Linked Biodiversity Conservation and Development. World Development Vol. 59, pp. 341–359.

MME - Ministério de Minas e Energia, 2011. Plano Nacional de Eficiência Energética - PNEF - Premissas e Diretrizes Básicas, p. 127. Disponível em: < <http://www.mme.gov.br/documents/10584/1432134/Plano+Nacional+Efici%C3%AAn-cia+Energ%C3%A9tica+%28PDF%29/74cc9843-cda5-4427-b623-b8d094ebf863> >. Acesso em 7 de jul. de 2018

PLATAFORMA AGENDA 2030. Disponível em <http://www.agenda2030.org.br/>

SCHMIDT-TRAUB, G. Investment Needs to Achieve the Sustainable Development Goals: Understanding the Billions and Trillions. SDSN Working Paper. 2015.

SDG CAPITAL FINDER. AlliedCrowds. Disponível em: < <https://sdg.alliedcrowds.com/> >. Acesso em: 5 de jul. de 2018

SEEG Brasil. Emissões Por Setor Agropecuária. Disponível em: < <http://plataforma.seeg.eco.br/sectors/agropecuaria> >. Acesso em: 8 de jul. de 2018

SILVA; L.C.F.P.; SOLA, E.P.S.; MELO, C.R.M.; PARENTI, P.W.; BELLI, M.A.J.; TRINTINÁLIA, M.M.J.; OLIVEIRA, C.G.; SCHUCH; L.S.; FERREIRA, L.S.; XAVIER, G.S.; FÁTIMA, N.M.; ROGENSKI, A.P.; LUZ, B.S. Objetivos do desenvolvimento sustentável sob a ótica da política brasileira. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/50209/objetivos-do-desenvolvimento-sustentavel-sob-a-otica-da-politica-brasileira>

THE BIODIVERSITY FINANCE INITIATIVE. BIOFIN Catalogue of Finance Solutions. Disponível em: < <http://www.biodiversityfinance.net/finance-solutions> >. Acesso em 8 de jul. de 2018

UNITED NATIONS. Transforming our world: The 2030 agenda for sustainable development. Resolution A/RES/70/1 adopted by the General Assembly, 2015. Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/21252030%20Agenda%20for%20Sustainable%20Development%20web.pdf>

UNSD 2016a: A “Theory of Change” for the UN Development System to Function “As a System” for Relevance, Strategic Positioning and Results Summary Paper Version 1.0 26 January 2016. <https://www.un.org/ecosoc/sites/www.un.org.ecosoc/files/files/en/qcpr/theory-of-change-summary-paper.pdf>

UNSD 2016b. The Role of UN Pooled Financing Mechanisms to deliver the 2030 Sustainable Development Agenda. UNDG Discussion Paper1 Disponível em: <https://undg.org/document/the-role-of-un-pooled-financing-mechanisms-to-deliver-the-2030-agenda/>

YOUNG, C. E. F. ; CASTRO, B. S. ; MATHIAS, J. F. C. ; PENNA, C. ; PEREIRA, G. S. ; FERRAZ, C. ; ALVARENGA JUNIOR, M. ; MACHADO, M. ; GATTO, D. B. ; BATISTA, A. K. ; ARRELLAGA, M. M. ; AGUIAR, C. ; DUQUE, D. ; ARAUJO, K. S. ; JORDAO, C. S. ; GONCALVES, R. ; FARES, L. R. ; MANZATTO, L. H. R. ; COSTA, D. S. . Relatório 4 (Final): Resultado 7. Análise conjuntural sobre ODS e efetividade das estruturas de financiamento públicas, privadas e mistas para a promoção do desenvolvimento sustentável aprimoradas. 2018. (Relatório de pesquisa).

Anexo. Lista de Potenciais Fontes de Financiamento consultadas

Programa Despoluição de Bacias Hidrográficas (PRODES) - Agência Nacional de Águas; Programa Produtor de Água - Agência Nacional de Águas; Climate Fund – Althelia; Programa FNO – Biodiversidade - Banco da Amazônia; Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) ECO - Banco da Amazônia; Programa FNO - Agricultura de Baixo Carbono (ABC) - Banco da Amazônia; Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) - Floresta - Banco da Amazônia; FNE Água - Banco do Nordeste; FNE SOL - Banco do Nordeste; Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Agroindústria no Nordeste - Banco do Nordeste; Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Aquicultura e Pesca FNE Aquipesca - Banco do Nordeste; Programa de Apoio ao Desenvolvimento Rural do Nordeste - RURAL - Banco do Nordeste; Programa de Apoio ao Desenvolvimento Rural do Nordeste (RURAL) - Banco do Nordeste; Programa de Financiamento à Agropecuária Irrigada - FNE Irrigação - Banco do Nordeste; FinBRAZEEC - Banco Mundial/CEF/GCF; FHIDRO - BDMG; Avançar Cidades - Saneamento – BNDES; BNDES Automático - Emergencial - BNDES; BNDES Finem - Recuperação e Conservação de Ecossistemas e Biodiversidade – BNDES; BNDES Finem - Tecnologia da

Informação – BNDES; BNDES Finem - Transporte de Petróleo, Gás Natural, Derivados de Petróleo e Biocombustíveis – BNDES; BNDES Limite de Crédito – BNDES; FINAME - BK Aquisição e Comercialização – BNDES; FINAME - BK Produção – BNDES; FINAME - Moderniza BK – BNDES; FINEM Produção de Fármacos e Medicamentos – BNDES; FINEM Apoio à Produção de Bens de Capital – BNDES; FINEM Aquisição de Bens de Capital – BNDES; FINEM Distribuição de Energia Elétrica – BNDES; FINEM Distribuição de Gás e Biocombustíveis – BNDES; FINEM Geração de Energia - BNDES; FINEM Infraestrutura Logística - BNDES; FINEM Inovação – BNDES; FINEM Mobilidade Urbana – BNDES; FINEM Saneamento Básico e Recursos Hídricos - BNDES; FINEM Transmissão de Energia Elétrica – BNDES; Inovagro - BNDES; Moderagro - BNDES; Moderfrota - BNDES; Moderinfra - BNDES; Procap-Agro – BNDES; Prodecoop - BNDES; Programa ABC – BNDES; Programa de Apoio a Ações de Conservação (Programas) – BNDES; Programa de Desenvolvimento do Agronegócio (PRODEAGRO) – BNDES; Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) – BNDES; Programa para Construção e Ampliação de Armazéns (PCA) – BNDES; Project Finance – BNDES; Pronamp - BNDES; Prorenova Rural – BNDES; Programa de Plantio Comercial e Recuperação de Florestas - BNDES/Banco Amazônia/BANDES; PAISS Agrícola - BNDES/Finep; Bradesco FIC FIA Planeta Sustentável – Bradesco; Capital de Giro Ambiental – Bradesco; Capital de Giro Florestal – Bradesco; CDC Aquecedores Solares – Bradesco; CDC Certificado Florestal – Bradesco; Leasing Ambiental – Bradesco; Mercado de Reserva Legal Florestal – BVRio; Fundo Socioambiental Caixa - Caixa Econômica Federal; Programa Bolsa Família - Caixa Econômica Federal; Programa de Intervenções Viárias (PROVIAS) - Caixa Econômica Federal; Programa Pró- Transporte - Caixa Econômica Federal; Programa de Pagamento de Serviços Ambientais (PSA HÍDRICO) – CEIVAP; Fundo de Defesa dos Direitos Difusos – CFDD; Finep Conecta – Finep; Inovacred Expresso – Finep; Projeto Oásis - Fundação Grupo Boticário; Programa de Apoio a Ações de Conservação (Projetos) - Fundação Grupo Boticário de Proteção à Natureza; Programa de Pesquisa nas Reservas - Fundação Grupo Boticário de Proteção à Natureza; Biodiversidade do Paraná - Fundação Grupo Boticário de Proteção à Natureza & Fundação Araucária; Consolidação e fortalecimento de cadeias de valor sustentáveis e inclusivas - Fundo Amazônia; Projetos Produtivos Sustentáveis - Fundo Amazônia; Projetos voltados ao apoio a PGTAs - Fundo Amazônia; Recuperação da Cobertura Vegetal - Fundo Amazônia; FCO Empresarial - Fundo Constitucional do Centro-Oeste; FCO Rural - Fundo Constitucional do Centro-Oeste; Private Sector Facility - Green Climate Fund; Corporação Financeira Mundial (IFC) - Grupo Banco Mundial; Instituto Clima e Sociedade – iCS; Programa Ecomudança – Itaú; Programa Nacional de Crédito Fundiário – MDA; Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) – MMA; Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF) - MMA/Serviço Florestal Brasileiro; Programa Luz para Todos - MME e Eletrobrás; Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura Familiar – ONU; Fundo Brasileiro para Biodiversidade (FUNBIO) - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público; Petrobras Socioambiental - Petrobras; Apoio a Projetos de Eficiência Energética – PROESCO; CDC Acessibilidade – Santander; CDC Eficiência Energética de Equipamentos – Santander; CDC Processos Mais Limpos – Santander; Banco de Desenvolvimento da América Latina; Euroclima+; Fundo Japônês para o Ambiente Global (FJGE); GEF Small Grants Programme; Kreditanstalt Für Wiederaufbau Development Bank; Linha Economia Verde (Desenvolve SP); Powering Agriculture: An Energy Grand Challenge For Development; Programa de Apoio a Projetos Locais (ALCOA); Rare Brasil.